

# CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS NO CURRÍCULO ESCOLAR: A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO DE SOCIOLOGIA É UMA REALIDADE?

HUMANITIES AND SOCIAL SCIENCES IN THE SCHOOL CURRICULUM: IS THE UNIVERSALIZATION OF SOCIOLOGY TEACHING A REALITY?

Mariana Piran Bom

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil

maripiran7@gmail.com | orcid.org/0009-0008-8066-147X

## Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar e fomentar o debate acerca das implicações da reforma do Novo Ensino Médio sobre a disciplina de Sociologia, discutindo os impactos curriculares, pedagógicos e formativos decorrentes de sua gradativa exclusão do currículo escolar. A análise fundamenta-se no referencial teórico do materialismo histórico-dialético, com o propósito de compreender as relações sociais no capitalismo e seus desdobramentos históricos nas políticas públicas educacionais. Argumenta-se que, embora a reforma tenha a proposta de um ensino mais atrativo e voltado aos interesses dos estudantes, sua real finalidade é promover uma formação tecnicista e fragmentada, atendendo às demandas do capital e da classe dominante. Nesse contexto, observa-se que a retirada de disciplinas das Ciências Humanas — em especial a Sociologia — do currículo escolar configura uma manobra político-ideológica, que subordina a educação à lógica do mercado de trabalho, esvaziando seu potencial crítico, formativo e emancipador da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Sociologia, Ciências Humanas, Novo Ensino Médio, Currículo e Reforma Empresarial da Educação.

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS NO CURRÍCULO ESCOLAR: A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO DE SOCIOLOGIA É UMA REALIDADE?

## Abstract

This article aims to analyze and foster debate on the implications of the New High School reform (Novo Ensino Médio) for the subject of Sociology, discussing the curricular, pedagogical, and formative impacts resulting from its gradual exclusion from the school curriculum. The analysis is grounded in the theoretical framework of historical-dialectical materialism, with the purpose of understanding social relations under capitalism and their historical consequences for public education policies. It is argued that, although the reform claims to promote a more engaging education aligned with students' interests, its actual purpose is to implement a technicist and fragmented model of education that serves the demands of capital and the ruling class. In this context, the removal of Humanities subjects — particularly Sociology — from the school curriculum represents a political-ideological maneuver that subordinates education to the logic of the labor market, thereby emptying its critical, formative, and emancipatory potential for the working class.

A R T I G O

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição - Não comercial - Compartilhar igual 4.0 Internacional.



**Keywords:** Sociology, Humanities, New High School Reform, Curriculum and Corporate Education Reform.

LAS CIENCIAS HUMANAS Y SOCIALES EN EL CURRÍCULO ESCOLAR: ¿ES UNA REALIDAD LA UNIVERSALIZACIÓN DE LA ENSEÑANZA DE LA SOCIOLOGÍA?

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar y fomentar el debate sobre las implicaciones de la reforma del Nuevo Bachillerato en la asignatura de Sociología, discutiendo los impactos curriculares, pedagógicos y formativos derivados de su exclusión gradual del currículo escolar. El análisis se fundamenta en el marco teórico del materialismo histórico-dialéctico, con el propósito de comprender las relaciones sociales en el capitalismo y sus desarrollos históricos en las políticas públicas educativas. Se argumenta que, aunque la reforma propone una enseñanza más atractiva y orientada a los intereses del estudiantado, su verdadera finalidad es promover una formación tecnicista y fragmentada, que responde a las demandas del capital y de la clase dominante. En este contexto, se observa que la eliminación de asignaturas de las Ciencias Humanas —en especial la Sociología— del currículo escolar constituye una maniobra político-ideológica que subordina la educación a la lógica del mercado laboral, vaciando su potencial crítico, formativo y emancipador de la clase trabajadora.

**Palabras clave:** Sociología, Ciencias Humanas, Nuevo Bachillerato, Currículo y Reforma Empresarial de la Educación.

### Introdução

Historicamente, o conceito de educação pública e universal enquanto direito social sempre foi alvo de disputas. A escola da forma na qual a conhecemos hoje, é produto e ao mesmo tempo elemento constituinte de uma sociedade dominada pelos ideais burgueses, para estudiosos como Pierre Bourdieu, a educação possui um papel de reprodução da sociedade, sociedade essa que é dividida entre dominantes e dominados. Sendo assim, Olinda Evangelista e Eneida Shiroma levantam a seguinte questão: o que é que aprendemos de uma forma ou de outra? Será que a aprendizagem conduz à autorrealização dos indivíduos como “indivíduos socialmente ricos” humanamente (nas palavras de Marx), ou ela está a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e definitivamente incontrolável do capital?

O direito à uma educação pública de qualidade e universal ainda é algo para se realizar no Brasil, se olharmos atentamente para outras tantas conquistas já realizadas, é possível perceber um trabalho minucioso pelos

movimentos sociais formados pela classe trabalhadora brasileira, a inserção da Sociologia como disciplina obrigatória foi uma dessas conquistas dentro do itinerário do Novo Ensino Médio. Para compreendermos melhor a situação na qual a Sociologia se encontra, e os interesses por trás da sua retirada da Educação Básica, se faz necessária uma breve contextualização histórica.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, o Brasil se encontra em um período de redemocratização e de reestruturação do capital encabeçada por teses neoliberais. Nesse cenário, a educação passa a ser vista cada vez mais sob uma lógica mercadológica, com foco na formação para o mercado de trabalho capitalista neoliberal e na eficiência econômica. No Brasil, um marco importante para a compreensão do avanço neoliberal na educação brasileira acontece depois do golpe que destituiu a até então presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016.

Após o golpe, a presidência da república foi assumida por Michel Temer, que em poucos dias, decretou a reforma do Ensino Médio (NEM) fundamentada na Lei nº 13.415/2017. Ao realizar uma análise atenta, percebe-se que o movimento golpista que levou Temer à presidência foi orquestrado por empresários, bancos privados e, grupos religiosos e partidos políticos da extrema direita insatisfeitos com a política exercida por Dilma. Ou seja, educação, sociedade e política caminham juntas, dessa forma, devem ser analisadas e discutidas de forma indissociada. Para Paschoal Lemme, uma educação democrática só é possível em uma sociedade democrática, e como é possível falar de democracia diante de uma situação como essa?

No ano de 2019, a presidência da República é assumida por Jair Messias Bolsonaro, que acaba seguindo a mesma linha de Temer em relação à Educação e à Reforma do Ensino Médio: avanço de cortes orçamentários na educação, precarização do trabalho docente e redirecionamento de verbas educacionais para o desenvolvimento de exames de certificação vazia para jovens e adultos. Compreende-se então que a reforma do Ensino Médio tem o objetivo de atender os interesses da classe dominante e reflete as relações políticas e econômicas dela com o governo. A reforma curricular proposta se sustenta no

discurso midiático de que ela por si só é o único caminho a ser seguido para solucionar os problemas que atingem historicamente o ensino médio brasileiro.

Álvaro Vieira Pinheiro (1993, p. 31), afirma que nas sociedades altamente desenvolvidas, com divisões internas em classes opostas, a educação não pode consistir na formação uniforme de todos os seus membros, porque: por um lado, é excessivo o número de dados a transmitir; e, por outro, não há interesse nem possibilidade em formar indivíduos iguais, mas se busca manter a desigualdade social presente. Por isso, em tais sociedades, a educação pelo saber letrado é sempre privilégio de um grupo ou classe. A proposta de reforma do ensino médio (E.M.) não pode ser descolada dessa discussão, tendo em vista que a burguesia brasileira - detentora dos meios de produção e da distribuição da educação - sempre foi contra o direito universal da educação, tendo em vista que isso faz com que a lógica de manutenção do capital fique fragilizada.

Um cenário político marcado por conflitos em relação à Reforma do Ensino Médio coloca em evidência questões sobre o currículo e a imposição de itinerário formativos por área de escolha que evidenciam a impossibilidade de implementar um sistema de escolha na educação brasileira. Essa ideia de “escolher o seu próprio itinerário escolar” foi a grande jogada de marketing da extrema direita para vender aos jovens que essa reforma os faria sentir mais prazer e satisfação em ir para a escola. Além disso, esse itinerário aprofunda as desigualdades entre os jovens tendo em vista que as redes privadas de ensino adotaram os itinerários formativos, mas sem substituir as disciplinas regulares por eles. Ou seja, se tem a maioria da população jovem frequentando escolas públicas e tendo uma oferta parcial de disciplinas como História, Sociologia e Geografia, e a minoria frequentando escolas privadas com o triplo de disciplinas em seu currículo obrigatório.

Pode-se refletir então que essa maioria da população estaria sendo duplamente expropriada, tanto de uma formação intelectual adequada para concorrer por vagas no ensino superior através de exames, quanto de uma formação profissional eficaz, uma vez que o ensino técnico não fornece processos formativos que de fato garantam empregabilidade em uma

sociedade que exige uma mão de obra cada vez mais qualificada. Acaba-se por ter um itinerário formativo genérico que procura atender a demanda do mercado de trabalho do século XXI através da supervalorização de fatores como: performance empreendedora e a agilidade e padronização dos indivíduos dentro do processo produtivo.

É possível perceber que há o avanço de um processo de privatização de uma educação de qualidade diretamente ligada à expansão do domínio empresarial em todos os setores da Educação - desde o currículo até a infraestrutura. Dessa forma, é necessário analisar a sociedade para que seja possível analisar a Educação, não é atoa que para Paschoal Lemme, uma educação democrática só é possível em uma sociedade democrática e não o contrário. Se o conjunto de transformações que modificam e educação em seus aspectos políticos, sociais e econômicos se dão através da imposição dos interesses da classe dominante, é impossível pensar em um currículo ou em uma legislação educacional verdadeiramente democrática que possibilite para a classe popular acesso à uma educação conscientizadora e de qualidade.

Diante dessas considerações, este trabalho propõe elaborar uma síntese que estimule a reflexão crítica sobre os espaços de resistência em que a Sociologia ainda encontra possibilidades de afirmação e atuação. Trata-se de analisar como, mesmo diante das restrições curriculares e da priorização de competências e habilidades voltadas ao mercado de trabalho, a Sociologia pode continuar contribuindo de forma significativa para a formação conscientizadora e libertadora dos estudantes.

### **Sociologia x Controle social**

A partir dessas considerações, surge uma questão fundamental: qual é o lugar das Ciências Humanas — mais especificamente da Sociologia — no contexto da atual reforma educacional? A Reforma do Ensino Médio, implementada por meio da Lei nº 13.415/2017, juntamente com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), trouxe mudanças significativas na

organização curricular, afetando diretamente a carga horária e a centralidade das disciplinas das Ciências Humanas no currículo escolar. Nesse novo modelo, pautado por uma lógica tecnicista e voltado para a empregabilidade, disciplinas como a Sociologia passaram a ocupar um espaço cada vez mais reduzido e, muitas vezes, marginalizado no ensino médio.

Como já foi mencionado anteriormente, no ano de 2016, o Brasil se viu em um momento histórico de desmonte do Estado Social. A comunidade da Sociologia, composta por professores, estudantes, licenciandos de Ciências Sociais e Sociologia e demais servidores da área, se depararam com um cenário de expulsão da disciplina do currículo escolar. A permanência da Sociologia e das Ciências Humanas no Ensino Médio passou a ser ameaçada através de discursos político-ideológicos da extrema direita e da aprovação de um currículo que diminuiu grande parte da carga horária obrigatória dessas disciplinas.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BNCC), a área de Ciências Humanas para o ensino médio compreendia o lugar que reúne componentes curriculares de Geografia, História, Sociologia e Filosofia. É preciso considerar que cada um dos componentes, como resultado do movimento mais amplo da história da ciência moderna, guarda consigo um caminho teórico-metodológico e epistêmico, um aporte conceitual/categorial de seu campo intelectual. No contexto escolar brasileiro, os conhecimentos implicados estiveram/estão a disposição de diferentes interesses de classe. Por isso, nem sempre estiveram contemplados ou ocuparam lugares de destaque nas matrizes curriculares da educação básica (SIMÕES, 2017).

A partir do ano letivo de 2022 o Novo Ensino Médio passou a ser colocado em prática nas escolas de todo o país. A nova organização do ensino médio pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, desobriga a presença dos componentes curriculares tradicionais como disciplinas específicas, com exceção da Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa. Dessa forma, a Sociologia, disciplina que já vinha sofrendo um desmonte devido a sua recente obrigatoriedade no currículo do Ensino Médio,

passou a ser ministrada apenas para as classes de terceira série do E.M. Passa a acontecer então um fenômeno de exceção de profissionais da área específica, ocasionando o deslocamento desses profissionais para a ministração de outras disciplinas, não necessariamente associadas à sua área de formação. Percebe-se aí, uma forte precarização do trabalho docente e a desvalorização da formação específica realizada por esses profissionais.

A desvalorização é um tema bastante discutido no campo de estudos da educação. A desvalorização está diretamente ligada à outro tema também bastante discutido nos últimos anos: o mal-estar docente. As condições de trabalho, a baixa remuneração - principalmente no estado do Rio de Janeiro - e a escassa oferta de formação continuada. Cada estado e município possui liberdade jurídica para desenvolver seus próprios planos de carreira docente, no entanto, estão sujeitos à uma base jurídica que atua como garantia da valorização da profissão. Entretanto, é possível observar que alguns estados e municípios não atendem algumas demandas, como por exemplo, adequar o salário dos professores ao piso nacional.

Isso coloca em evidência a desvalorização profissional. No Brasil, essa desvalorização é percebida na remuneração dos docentes, que em algumas regiões o salário pode ser menor que o piso nacional. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA (2020) mostram que em 2016 havia uma mediana de remuneração de R\$ 1.757,00 no estado de Alagoas, enquanto a mediana do Distrito Federal era de R\$ 8.494,00, o que mostra valores discrepantes e gera uma mediana nacional de R\$ 3.666,00. Em 2016 o piso nacional era de R\$ 2.135,64. A remuneração faz parte da atratividade e valorização de todas as carreiras e deve ser considerada na hora de escolher uma profissão, assim como o ambiente de trabalho e o reconhecimento social. Segundo Puente (2021), dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) confirmam que, entre 40 países avaliados, o Brasil tem a menor média de remuneração para início de carreira nos anos finais do ensino fundamental. Enquanto em outros países a média é de US\$

35,6 mil por ano, no Brasil essa média cai para US\$ 13,9 mil. (MELO & MELO, 2024).

Embora o discurso oficial do Novo Ensino Médio destaque a flexibilidade, a inovação pedagógica e a aproximação com os interesses dos estudantes, na prática, a reforma tem aprofundado precariedades históricas da profissão docente, entre elas: os baixos salários, a ampliação da carga horária e a fragmentação do currículo. O Novo Ensino Médio, ao permitir que disciplinas sejam ofertadas por profissionais não licenciados ou com formação técnica, contribui diretamente para a desprofissionalização do magistério e a desvalorização da formação realizada por esses profissionais, rebaixando o estatuto da docência e pressionando por salários ainda menores. Essa flexibilização impacta negativamente as condições de trabalho e o reconhecimento social da profissão, gerando um ciclo de desvalorização que compromete a qualidade do ensino e a permanência dos docentes nas redes públicas.

A substituição de disciplinas estruturantes por componentes eletivos de curta duração (itinerários formativos) e conteúdo genérico esvazia o trabalho e a formação intelectual do professor, reduzindo sua autonomia pedagógica e seu papel como agente crítico da formação dos estudantes. Nesse contexto, os baixos salários não são apenas um sintoma da crise da educação, mas parte de um processo mais amplo de desmonte da profissão docente através do Novo Ensino Médio, que ameaça o direito à educação pública de qualidade e igualitária no Brasil.

A qualidade da educação transmitida aos indivíduos por meio do currículo é uma construção histórica social. Nesse sentido, a organização das disciplinas que compõem esse currículo reflete um processo histórico marcado pela influência do projeto burguês. Tal projeto tem como objetivo o controle da função social da escola, moldando-a para atender às novas demandas do mercado e da lógica produtiva vigente. Para isso, torna-se necessário um processo de docilização dos corpos, como já analisado por Michel Foucault em suas obras. Com a ascensão do neoliberalismo, esse processo de controle e

disciplinamento foi significativamente intensificado, sendo o Novo Ensino Médio uma expressão concreta dessa intensificação. Trata-se de uma política educacional que busca reconfigurar o currículo escolar em favor de uma formação mais técnica e instrumental, alinhada aos interesses da classe dominante.

A proposta educacional da Reforma do Ensino médio - que em 2024 se configurou como “a reforma da reforma” - não fala apenas sobre um processo de formação para o trabalho, mas sim, uma formação pelo trabalho. Não se trata do trabalho enquanto princípio educativo, mas como um instrumento ideológico para formar trabalhadores controlados pelo empresariado brasileiro - e até mesmo internacional. Para Carolina Catini, o controle ideológico dissimula a desigualdade de classe na ativação de uma identidade empreendedora, sobretudo para quem deixa de ser apenas estudante e passa a ser também beneficiário de um programa social com incentivo financeiro para frequentar a escola.

Nesse contexto, a manutenção de disciplinas como a Sociologia, cuja proposta pedagógica envolve a promoção da consciência crítica, da reflexão política e da compreensão das dinâmicas de classe, passa a ser vista como um obstáculo. Afinal, tais conteúdos vão de encontro aos interesses de uma elite que busca manter o controle ideológico sobre a organização escolar e limitar o acesso dos estudantes a instrumentos de leitura crítica da realidade social.

### **Estamos avançando ou andando em círculos?**

Em 31 de julho de 2024, a Lei nº 14.945/2024 foi instituída, revogando parcialmente a Lei nº 13.415/2017 a respeito da reforma do Ensino Médio. A nova lei não aborda a questão da Sociologia de forma especificada, no entanto, no Art. 35 estabelece: “A Base Nacional Comum Curricular do ensino médio estabelecerá direitos e objetivos de aprendizagem, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento: I - linguagens e suas tecnologias, integrada pela língua portuguesa e suas

literaturas, língua inglesa, artes e educação física; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias, integrada por biologia, física e química; IV - ciências humanas e sociais aplicadas, integrada por filosofia, geografia, história e sociologia”.

A intenção aparente do Art. 35 é a valorização de todas as quatro áreas do conhecimento, reconhecendo a pluralidade necessária para a formação de sujeitos críticos e atuantes na sociedade. Contudo, ao mesmo tempo em que essa organização pode parecer democrática, ela também pode ocultar desigualdades na implementação concreta da BNCC. A permanência dos itinerários formativos e da flexibilização curricular continua reforçando a marginalização de disciplinas como a Sociologia, ainda que formalmente reconhecidas na Base. Assim, o cumprimento "integral" da BNCC, como previsto no § 1º, nem sempre se concretiza da mesma forma em todas as escolas, especialmente nas redes públicas de ensino.

A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, onde se insere a Sociologia, enfrenta, portanto, o desafio de reafirmar sua importância diante de um cenário de tecnificação e instrumentalização do ensino. Por mais que a carga horária dessas disciplinas volte a se tornar obrigatória em todos os anos do Ensino Médio, a lógica por trás dessa nova reforma continua priorizando a formação para o mercado e a produtividade, esvaziando gradativamente o caráter crítico dessas disciplinas, reduzindo-as a conteúdos pontuais e desconectados das vivências estudantis. Assim, embora o Art. 35-D apresente um compromisso com uma formação integral, sua efetividade depende de políticas educacionais que realmente garantam a centralidade da formação crítica e emancipatória como parte da função social da escola.

A mera inclusão de disciplinas no currículo escolar, por si só, não garante uma oferta educacional de qualidade, especialmente no que se refere às Ciências Humanas. No caso da Sociologia, essa limitação se torna ainda mais evidente diante da ausência de políticas públicas efetivas voltadas à valorização e à profissionalização do docente, tendo em vista que essa disciplina só é obrigatória no Ensino Médio. Um exemplo emblemático dessa negligência é o

estado do Rio de Janeiro, que não realiza concursos públicos para professores de Sociologia desde 2014.

Tal cenário tem levado à crescente precarização da oferta da disciplina, seja por meio da contratação temporária de profissionais, seja pela designação de docentes de áreas afins para ministrar os conteúdos. Esse processo não apenas compromete a qualidade do ensino e o aprofundamento teórico-metodológico necessário à disciplina, como também fragiliza seu reconhecimento institucional e simbólico no espaço escolar. Ao ser tratada como conteúdo secundário ou de preenchimento, a Sociologia perde força enquanto ferramenta crítica de compreensão da realidade social, o que contradiz os princípios formativos previstos nas diretrizes educacionais e no próprio projeto pedagógico do ensino médio.

Essas questões estão intrinsecamente relacionadas à crescente precarização do trabalho docente, contribuído para o afastamento progressivo dos profissionais das Ciências Humanas da Educação Básica. A Reforma do Ensino Médio, ao promover uma reestruturação curricular baseada em uma lógica tecnicista e fragmentada, não apenas compromete a formação integral e crítica dos estudantes, mas também fragiliza as condições de trabalho e o reconhecimento profissional dos docentes. A desvalorização das Ciências Humanas, em especial, a Sociologia nesse novo modelo educacional, aliada à falta de concursos públicos, à sobrecarga de trabalho e à instabilidade dos vínculos empregatícios, cria um ambiente de desmotivação e insegurança que afasta professores qualificados da rede pública. Assim, evidencia-se que a reforma não é nociva apenas para os estudantes, ao reduzir o acesso a uma formação ampla e crítica, mas também para os docentes, ao aprofundar processos históricos de desprofissionalização e desvalorização da docência no Brasil.

### **Considerações Finais**

As reflexões presentes neste breve artigo permitem observar que o lugar da Sociologia enquanto componente curricular é atravessado pela história, ou seja, não é estático, mas sim, algo em constante movimento influenciado por

disputas de interesses. Com a chegada do Novo Ensino médio, e mais tarde com a Reforma da Reforma,

Diante da análise empreendida, evidencia-se que o lugar da Sociologia no Ensino Médio, após a implementação da Reforma do Ensino Médio, foi significativamente reconfigurado por uma lógica curricular orientada por interesses mercadológicos e funcionalistas. A partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético, compreendemos que tais transformações não são neutras, mas expressão concreta das contradições do modo de produção capitalista, que instrumentaliza a educação como um mecanismo de reprodução das condições de dominação de classe.

A flexibilização curricular, a centralidade nas competências e habilidades voltadas ao mundo do trabalho e a redução da carga horária das ciências humanas, especialmente da Sociologia, revelam um projeto pedagógico que tende a esvaziar o caráter crítico-reflexivo da formação escolar. Ao desarticular o ensino da Sociologia de uma abordagem crítica e sistemática da realidade social, nega-se à juventude trabalhadora o direito à apropriação dos conhecimentos necessários para a leitura crítica do mundo e para a transformação da realidade.

Assim, reafirma-se a importância de defender a Sociologia como componente essencial da formação emancipatória dos estudantes, comprometida com a análise das contradições sociais e com a superação das desigualdades estruturais. Em tempos de ofensiva contra o pensamento crítico, torna-se urgente a resistência ativa de educadores, pesquisadores e movimentos sociais na construção de uma escola pública que promova, de fato, a formação integral dos sujeitos históricos.

É possível considerar o lugar que a Sociologia ocupa no currículo escolar nunca foi estável, porém, após as reformas, é possível falar de um “não-lugar” da disciplina como reflexo das disputas e dos interesses de classe. No entanto, vale destacar que enquanto todas as atenções estão em volta de discussões sobre o currículo, muitas outras ações afetam de forma direta a realidade

concreta da Educação no nosso país, principalmente no que diz respeito ao crescente mal estar docente e discente nas escolas.

Dessa forma, é importante destacar que por mais que o foco desse artigo seja a discussão sobre a curricularização da Reforma do Ensino Médio, esse movimento também diz respeito sobre as demais questões que perpassam a educação. É de suma importância compreender que para falarmos de currículo, é importante avaliar de forma conjunta as condições materiais de ensino e de aprendizagem nas escolas como: a desigualdade social que submete parte significativa da população a estudar e mergulhar precocemente no mercado de trabalho assalariado e alienado; a necessidade de infraestrutura para o trabalho pedagógico dos profissionais da educação e a valorização do trabalho docente com melhores salários que permitam que o professor atue em somente uma instituição, formação continuada, entre outros fatores.

### **Referências Bibliográficas**

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. "A Reprodução: A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino". Tradução de C. Perdigão Gomes da Silva. Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2009.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Lei nº 13.415/2017. 16 de fevereiro de 2017.

BRASIL. Lei nº 14.945/24, Art. 35. 31 de julho de 2024.

CATINI, Carolina. Quando a empresa educa, o trabalho ensina: transferência de renda, empreendedorismo e financeirização da educação. In:

BOTO, Carlota; CARA, Daniel; SANTOS, Vinício de Macedo. (Orgs). Desafios e reinvenções da escola pública. São Paulo: FEUSP, 2025. (p.254-274).

EVANGELISTA, Olinda & SHIROMA, Eneida. “Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. Pp. 83-120. in: Trabalho e educação : interlocuções marxistas /Georgia Cêa, Sonia Maria Rummert, Leonardo Gonçalves (Orgs.). Rio Grande : Ed. da FURG, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio & CIAVATTA, Maria. “Teoria e educação no labirinto da capital”. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEMME, Paschoal. “Paschoal Lemme: Memórias de um educador”. Volume 5, 2. ed. Brasília: Inep, 2004.

Texto: MELO, José Rodrigo Silva; MOURA, Diego Luz. A saída da carreira docente na educação básica: uma revisão sistemática. Revista Brasileira de Educação, v. 29, 2024.

PINTO, Álvaro Vieira. “Sete lições sobre educação de adultos”. Introdução e entrevista de Demerval Saviani e Betty Antunes de Oliveira. 8 Ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SIMÕES, William. “O lugar das Ciências Humanas na “reforma” do Ensino Médio”. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 45-59, jan./jun. 2017.